

**A ACESSIBILIDADE CULTURAL NO CONTEXTO TEATRAL
UM ESTUDO SOB O VIÉS DA LEI ROUANET**

Izabel Cristina da Silveira¹
João Paulo do Nascimento²
Patricia Dorneles³

RESUMO

O presente artigo apresenta-se como um panorama de pesquisa, diálogos e reflexões sobre a Acessibilidade Cultural no Brasil a partir do campo das artes cênicas, tendo como fio condutor a Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet, a fim de discutir como a pauta da acessibilidade é recebida em diferentes esferas e políticas culturais. O intuito não está em delimitar práticas ou ações definidoras como objeto de transformação, mas de questionar a problematização da acessibilidade cultural, em especial no meio teatral, instigando a comunidade artística e demais a refletir e perceber a necessidade de uma cultura acessível a todos, propondo ideias e atitudes que de fato promovam a inclusão social da pessoa com deficiência no âmbito cultural.

Palavras-chave: Acessibilidade. Teatro. Pessoas com deficiência. Lei Rouanet.

Inclusão.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da união de dois trabalhos de conclusão de curso apresentado na segunda turma de especialização em Acessibilidade Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, através de uma parceria entre o Curso de Terapia Ocupacional e o Ministério da Cultura – MinC através da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

¹ Fundação Municipal de Arte e Cultura de Gravataí/RS. Coordenadora de Artes Cênicas. Especialista em Acessibilidade Cultural pela UFRJ. Graduada em licenciatura em Teatro pela UFRGS. Professora e Diretora Teatral. E-mail: bebell.cris@hotmail.com

²Secretaria Municipal de Cultura de Campinas/SP. Assessor Técnico. Gestor Escola Municipal de Cultura e Arte. Especialista em Acessibilidade Cultural pela UFRJ. Especialista em Gestão Pública pela UNIFESP. Diretor Teatral, bailarino e Coreógrafo. E-mail: ciaartistica@gmail.com

³Universidade Federal do Rio de Janeiro. Superintendente de Difusão Cultural do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Coordenadora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural. Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da UFRJ. E-mail: patricia.dorneles.ufrj@gmail.com

O Curso de Acessibilidade Cultural tem como proposta implementar a formação para gestores e trabalhadores da área da cultura, com o objetivo de sensibilizar, estimular, capacitar e criar processos inclusivos de fruições estética, artística e cultural nas ações, gestões e políticas culturais para o público de pessoas com deficiência como produtores ou plateia.

A pesquisa “A Acessibilidade nos Espetáculos de Teatro Musical Incentivados pela Lei Rouanet” realizada por NASCIMENTO (2016) identifica e analisa as questões de acessibilidade cultural junto aos espetáculos teatrais financiados pela Lei de Incentivo à Cultura do Governo Federal, a Lei Rouanet. Já a pesquisa “Teatro para quem?! A arte de teatrar para todos: um estudo sobre acessibilidade cultural em espetáculos teatrais no Rio Grande do Sul”, desenvolvida por SILVEIRA (2016) investiga, analisa e viabiliza reflexões e percepções em torno do tema da acessibilidade cultural sob a óptica do contexto teatral no estado do Rio Grande do Sul, com um recorte pontual no município de Porto Alegre, capital do Estado, a fim de identificar e fomentar a inclusão social e a cidadania cultural das pessoas com deficiência no meio cultural.

A acessibilidade cultural deve ser compreendida no campo das políticas da cidadania, devendo ser incluído o direito a fruição estética a fim de que surjam as tecnologias para realização dessa fruição e a mesma deve ser socializada, divulgada e fomentada ao modo que possam contribuir para dar condições de acesso e democratização dos equipamentos e produtos culturais.

A pessoa com deficiência deve ter atendido seu desejo de se sentir parte integrante do todo, de entender e reconhecer seu direito de pertencimento, de ser ouvido, de olhar para o mundo, de sentir, se relacionar, e acima de tudo, de ter autonomia e liberdade. A acessibilidade não é um favor que está sendo feito, é um direito de toda pessoa com deficiência. É garantir o direito maior e universal de toda e qualquer pessoa: de ir e vir, de sua liberdade.

Conforme o Glossário de Acessibilidade fornecido pelo Curso de Extensão em EAD Acessibilidade em Ambientes Culturais da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o termo Acessibilidade designa: “Condição para utilização, com

segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida”. (Decreto Federal 5296/2004)

Sendo assim, a acessibilidade cultural, discussão geral deste artigo, é uma das condições básicas para que pessoas com algum tipo de deficiência possam ter acesso aos instrumentos e mecanismos de cultura, usufruindo de suas manifestações artísticas.

A acessibilidade cultural é uma conquista da cidadania cultural das pessoas com deficiência. Porém não devemos pensar que a acessibilidade está circunscrita apenas como a formulação e cumprimento de leis e decretos nacionais ou internacionais, ainda que estes sejam fundamentais. Trata-se, portanto, de um conjunto de recursos que através de diferentes ferramentas podem promover a interação com o indivíduo que utiliza um equipamento cultural, seja ele com deficiência ou não.

A relação entre o indivíduo e a experiência cultural pela qual ele passará é única e a acessibilidade cultural não propõe que a experiência seja sempre igual. Ela é um conjunto de recursos que propõe uma interação e integração da experiência para com o espectador.

A acessibilidade cultural e a democratização de acesso à cultura se confundem no senso comum, porém, são conceitos com especificidades distintas. A primeira, de modo geral, tem como objetivo acessibilizar e propor recursos inclusivos nos equipamentos culturais e experiências voltadas à área cultural, muitas vezes utilizando a tecnologia para interagir com o espectador e lhe proporcionar uma experiência singular, (DORNELES, 2009).

Já o segundo, não se restringe a recursos tecnológicos ou físicos, mas a recursos financeiros e de políticas de acesso à informação e a cultura, que têm como objetivo maior ou em linhas gerais, a distribuição e a popularização da arte, do conhecimento científico e das formas de cultura, cabendo à gestão pública a missão de promover a superação de exclusões e desajustes e da distância entre os “culturalmente integrados e os excluídos” e oferecer a todos o acesso à produção cultural, o de levar mais pessoas

para a maior quantidade de atrações culturais com o menor recurso financeiro para o espectador. (NASCIMENTO, 2015).

1. QUANDO A HISTÓRIA CONTA MAIS QUE O HISTÓRICO

Abaixo um breve histórico sobre as conquistas da pauta da Acessibilidade e da Pessoa com Deficiência ao longo da história:

- 1948 - Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU;
- 1990 – Funarte – *Very Special Arts* – Projeto Artes sem barreiras – Albertina Brasil;
- 2007 – Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU;
- 2008 – Oficina Nacional de Indicação de Políticas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência - “**Nada sobre Nós sem Nós**” - MinC
- 2009 – Brasil ratifica a Convenção da ONU;
- 2011 – Ratificação da data de 03 de dezembro como Dia Mundial da Pessoa com Deficiência;
- 2011 – MinC lança edital Prêmio Arte e Cultura Inclusiva – 30 iniciativas culturais voltadas para o setor premiadas. Essa política vem sendo desenvolvida pela Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural – SCDC;
- 2013 – IN – Instrução Normativa da Lei Rouanet prevê medidas de acessibilidade cultural; (MinC)
- 2013 – Curso de Acessibilidade Cultural parceria MinC e UFRJ;
- 2015 – Lei 13.145 de 06 de Julho de 2015 – **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

2. QUANDO O TEATRO ENTRA EM CENA

Há uma diferença fundamental entre a ciência e a arte. [...]. A ciência atua diretamente sobre a realidade, modificando-a. Pelo contrário, a arte modifica os modificadores da sociedade, transforma os transformadores. A sua ação é indireta, exerce-se sobre a consciência dos que vão atuar na vida real. (BOAL pg 22, 1983)

A arte e sua estreita relação com o homem e a sociedade a qual este pertence torna-se um importante instrumento de discussão e transformação social que não pode ser esquecido, nem perdido no emaranhado de modismos que tendem a surgir. O grande dramaturgo alemão Bertolt Brecht já advertia que a arte não dever ser um espelho da sociedade e, sim, um martelo capaz de transformá-la.

Ao pensarmos a arte como elemento transformador capaz de estabelecer diferentes relações de contextos e olhares, somos remetidos às possíveis conexões e diálogos que surgem a partir de sua experimentação. Sendo assim, o espectador deixa sua posição de receptor passivo para ir ao encontro de relações interativas que lhe permitam conceber seu próprio conhecimento em relação à arte, à obra, ao espetáculo.

O teatro ensina, contesta, mostra, sugere, questiona, não se acomoda diante do passivo, do "irremediável". E como, ainda, pessoas ficam fora de suas salas?! Como, ainda, muitas pessoas com deficiência não podem, não tem como assistir, usufruir de uma peça de teatro, ir a um Teatro, consumir cultura viva?! Porque são "diferentes"?! O que deveria ser comum, normal, se torna o a mais, o *plus*, o diferencial. Ver espetáculos teatrais acessíveis é com dia e hora marcada. Enquanto houver dia e hora marcada, algo está sendo feito, está se caminhando para frente. O problema surge quando a palavra "acessibilizar" parece não fazer parte do dicionário usual, quando a partir dos mais variados e notáveis motivos, desculpas são criadas para não ser feito o que deveria ser senso comum. Não que as dificuldades não existam, elas estão presentes a todo momento e surgem, justamente, para serem pensadas, superadas, para que novas estratégias sejam traçadas. O teatro, a arte teatral, por si só já apresenta uma gama de problemáticas a serem transpostas. Não é fácil fazer teatro, como não é fácil fazer cultura, no Brasil. Grupos normalmente possuem orçamentos e recursos reduzidos para montagem de seus trabalhos, a formação de plateia é uma luta constante, a valorização e entendimento da profissionalização do artista tem sido uma conquista em pequenas doses. Diante desse quadro parece surgir quase como um "incômodo" a questão da acessibilidade cultural no meio teatral. Proporcionar espetáculos teatrais acessíveis quando não se há nem Casas de Teatro acessíveis?! Quando as instâncias governamentais acreditam que os menores orçamentos e cortes devem começar pelas

manifestações artísticas?! Com uma arbitrariedade latente tais questionamentos corroboram para a divergência selada entre prática e teoria. No entanto, assim como nos lembra Claudia Werneck (2009) “somos cidadãos responsáveis pela qualidade de vida do nosso semelhante, por mais diferente que ele seja ou nos pareça ser.”

Tornar espetáculos teatrais acessíveis não é uma tarefa fácil e comumente realizada. É necessário um entendimento, conhecimento de causa, recursos e profissionais disponíveis para que não se caia na vala comum do “fazer por fazer”. Quando se está interferindo tão diretamente na vida de outras pessoas todo o cuidado é pouco e um estudo detalhado de todas as possibilidades viáveis fazem a diferença no resultado final.

Atualmente alguns recursos são vistos como fundamentais para serem aplicados quando a proposta é acessibilizar um espetáculo teatral, como: audiodescrição, libras (Língua Brasileira de Sinais), estenotipia, braile, *QR code*, caixa alta, texto simples e contraste, reconhecimento de palco, rampas de acesso.

O Teatro Acessível passa pela aplicabilidade dessas tecnologias, mas principalmente e fundamentalmente pela quebra das barreiras atitudinais frente à percepção destas questões. A “Escola de Gente”, Organização Não Governamental, fundada em 2002 por Cláudia Werneck no Rio de Janeiro, trabalha há bastante tempo o tema da inclusão e tem no teatro, na representação teatral, um grande propagador de luta e difusor dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil. Tem como objetivo transformar políticas públicas em políticas inclusivas para que pessoas com e sem deficiência exerçam seus direitos humanos desde a infância.

Em 2011 a “Escola de Gente” idealizou a campanha “Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos” e produziu o primeiro espetáculo infanto-juvenil com total acessibilidade no país, o musical rock “Um Amigo Diferente?”, que se tornou o símbolo da Campanha “Teatro Acessível, Arte, Prazer e Direitos”.

Em 2013 entrou em vigor o Projeto de Lei 6.129/2013, de autoria dos deputados federais Jean Wyllys, Jandira Feghali, Mara Gabrilli e Rosinha Adefal que institui o dia 19 de setembro como o “Dia Nacional do Teatro Acessível”. Para os autores do Projeto “a data ajudará a divulgar a cultura por meio de atividades cênicas que utilizem práticas

de acessibilidade física e comunicativa a pessoas com deficiência” (www.camara.leg.br – 03/07/2014)

3. Leis e políticas públicas

Por muito tempo a pessoa com deficiência foi vista como um problema familiar, social e clínico. Considerados de “aberrações” de punições divinas ou a doentes incapazes, a pessoa com deficiência tem lutado por seus direitos e conquistas de cidadania, principalmente, por ocupar seu lugar de sujeito ativo na sociedade que pertence.

Por ainda muito se pensar ser um problema familiar e não social, a sociedade vem deixando de dar o suporte necessário às pessoas com deficiência, quando o que se tem é uma “dívida humana e social” para com estas pessoas, como Claudia Werneck nos coloca:

Com que moeda se paga uma dívida social? Com capital social. Então brasileiros/as com deficiência, de qualquer idade, poderão ajudar a saldar a dívida que a própria sociedade tem com eles? Sim. Desde que tenham oportunidade de exercitar seu capital social. É preciso então o quê? Criar situações que lhes permitam gerar capital social. (WERNECK, 2012, p. 147)

3.1.A Lei Rouanet:

Datada de 23 de Dezembro de 1991, a Lei no. 8.313, popularmente conhecida como “Lei Rouanet”, em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, que foi secretário de cultura de quando a lei foi criada e responsável pela criação da mesma, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com finalidade de captar e canalizar recursos para o setor cultural e tem entre suas principais prerrogativas:

contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais; promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais; apoiar, valorizar, difundir, proteger, salvaguardar, preservar e priorizar ações de manifestação da cultura (LEI ROUANET, 1991)

Dentre suas atribuições, a lei protege as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira, garante o pluralismo da cultura nacional, preserva

bens materiais e imateriais do patrimônio cultural brasileiro. Tem ainda como um de seus objetivos estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, cultura e memórias, o produto cultural originalmente brasileiro e ainda desenvolve a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações.

O Pronac está implementado através de três mecanismos: O Fundo Nacional de Cultura (FMC), Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e Incentivo a projetos culturais: “1º - Os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais deles resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso” (LEI ROUANET, 1991).

Ainda segundo a Lei, é vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitação de acesso. Os projetos culturais incentivados por este mecanismo deverão cumprir pelo menos um dos seguintes objetivos: Incentivo a formação artística e cultural mediante concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho no Brasil ou no Exterior para autores, técnicos e artistas; concessão de prêmios a criadores, autores, artistas e técnicos e suas obras artísticas; instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área cultural.

Mecanismos regulamentar a prática dessas ações a fim de garantir a legitimidade, a acessibilidade, a legalidade e funcionalidade dos Projetos. Para reger todas essas ações o governo decreta Instruções Normativas – IN para que as regras possam ser executadas, sendo assim, a lei Rouanet tem a sua própria instrução normativa. E a versão mais atualizada é IN número 01, de 24 de Junho de 2013. Por ser tão importante para a execução da Lei Rouanet no Brasil a Instrução Normativa sofre atualizações periódicas ao longo do tempo

3.1.1. A inserção da exigência da promoção de acessibilidade cultural nos projetos aprovados pela Lei Rouanet:

No que tange as questões da acessibilidade esta instrução normativa em seu Capítulo I, no parágrafo XI salienta:

XI – medidas de acessibilidade: intervenções que objetivem priorizar ou facilitar o livre acesso de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, assim definidos em legislação específica, de modo a possibilitar-lhes o pleno exercício de seus direitos culturais, por meio da disponibilização ou adaptação de espaços, equipamentos, transporte, comunicação e quaisquer bens ou serviços às suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas de forma segura, de forma autônoma ou acompanhada, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;(INSTRUÇÃO NORMATIVA, 2013).

Tais medidas visam acima de tudo garantir o acesso á cultura de forma independente a qualquer indivíduo seja ele com ou sem deficiência. A experiência cultural deve ser realizada de forma autônoma ou acompanhada ao indivíduo independente de cor, sexo, raça, credo ou condição sócio econômica. Na seção III da instrução normativa que trata da Acessibilidade e Democratização do Acesso, alguns artigos asseguram o direito das Pessoas com Deficiência. No artigo 25 que fica estipulado que as propostas culturais apresentadas ao mecanismo de incentivos fiscais do Pronac deverão conter medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto.

Já no Artigo 26 as propostas deverão contemplar medidas que garantam o acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas em locais onde se realizam atividades culturais ou espetáculos artísticos; No artigo 27 o projeto cultural deverá incluir tais custos nos respectivos orçamentos. Dentro das especificações do artigo 30 o proponente deverá adotar pelo menos uma das seguintes medidas para a acessibilidade: I – Promover a participação de pessoas com deficiência e de idosos em concursos de prêmios no campo das artes e das letras; IV – Oferecer transporte gratuito ao público, prevendo acessibilidade á pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e aos idosos. Em relação a análise dos projetos, no capítulo V, no item VII, o projeto cultural terá de contemplar medidas de acessibilidade e democratização do acesso ao público.

Em resumo, o Incentivo Fiscal (Renúncia Fiscal) é um dos mecanismos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei Rouanet (Lei

8.313/1991). É uma maneira de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural. O “apoio” a um determinado projeto cultural pode ser revertido integralmente ou em parte para o investidor do valor desembolsado deduzido do imposto devido, obedecendo aos percentuais permitidos pela legislação tributária, que para empresa é de até 4% do imposto devido e para pessoas físicas de até 6% do imposto devido.

Podem apresentar propostas pessoas físicas com atuação na área cultural como artistas, técnicos da área cultural, produtores culturais; pessoas jurídicas públicas de natureza cultural da administração indireta (autarquias, fundações culturais etc.); e pessoas jurídicas privadas de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos (empresas, cooperativas, fundações, ONG's, organizações culturais etc.).

4. Das pesquisas:

Para ilustrar a pesquisa “A Acessibilidade nos Espetáculos de Teatro Musical Incentivados pela Lei Rouanet” registra-se a visita ao MinC em Brasília, no dia 15 de Dezembro de 2015, com o objetivo de entrevistarmos técnicos envolvidos com a Lei Rouanet. Participaram da pesquisa os senhores: Josiel Fonseca Rabelo, Coordenador Técnico Substituto do Fundo Nacional de Cultura – FNC e Charles Passos, Coordenador-Geral de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC⁴. Dentre os principais assuntos abordados estão a IN, a Lei Rouanet e a Acessibilidade dentro da Lei Rouanet.

Iniciamos a entrevista com uma abordagem sobre a Instrução Normativa – IN. Em seu artigo 31, a acessibilidade está prevista e é citada com a seguinte descrição:

“Art. 31. O Ministério da Cultura, observada a legislação em vigor, acompanhará e fiscalizará as medidas de acessibilidade e democratização de acesso na forma dos arts. 75, § 1º, e 77 desta Instrução, e considerará o cumprimento das medidas apresentadas como quesito de avaliação da proposta cultural, exigindo a comprovação de seu cumprimento quando da prestação de contas, sendo este item indispensável para a aprovação das respectivas contas”, (IN 1 – 2013 – MinC).

⁴ Destaca-se que os funcionários do MinC autorizaram a sua identificação no presente trabalho. As entrevistas foram realizadas em 15 de Dezembro de 2015 às 15h00.

A acessibilidade vem ganhando pauta nas discussões. “é um fator que está sendo debatido na reforma da IN, inclusive pelo público externo, que quando eles preenchem o campo da acessibilidade no projeto, muitos proponentes colocam que não precisam de rampa e nem de elevador, pois o local já tem”. Segundo Josiel, o senso comum de achar que o deficiente é apenas o cadeirante, acaba por restringir a acessibilidade cultural nos projetos. Muitas pessoas ligam no ministério perguntando a eles o que elas devem colocar. Muitos proponentes acabam não tendo ideia sobre o que é acessibilidade cultural, muito menos dos seus recursos. Charles observa ainda que, na Instrução Normativa, essa pauta será descrita de forma mais abrangente. A consulta pública esteve aberta por mais de 30 dias para que a sociedade pudesse dar a sua contribuição para a melhoria da instrução normativa. Josiel ressalta que “está sendo realizada, nesse momento a tabulação das contribuições realizadas pela Sociedade Civil, que serão anexadas junto as contribuições da CNIC – Comissão Nacional de Incentivo á Cultura, em diversos temas”.

O MinC abriu para a sociedade até o mês de Dezembro de 2015 para suas contribuições e agora finaliza com a CNIC, cuja ideia é entregar pra consultoria jurídica de maneira afinada e com considerações, onde se abarcam todas as ações e pretende-se fazer uma alteração no documento.

Charles reconhece: “O nosso sistema não tem nem previsão nem campo ou qualquer coisa de campo para esse assunto não tem. Se você quiser fazer hoje um rastreamento de projetos que envolva esse tipo de coisa (em relação aos projetos com acessibilidade cultural por segmentação), não dá”. Cita ainda um exemplo: “O Ministério fez curso de Pós-Graduação um curso na UNB onde ele escolheu um tema que era a inserção de crianças e adolescentes por meio de projetos culturais na sociedade, um tema relacionado à cultura. Ele foi fazer uma pesquisa no sistema sobre um determinado assunto e não conseguiu. Ou seja, o próprio órgão não tem mecanismos suficientes para tabular, compilar ou buscar dados referentes a alguns assuntos relacionados à cultura, não só da acessibilidade”.

Ele sugere que em relação ao sistema do ministério:

A gente não conseguiria dar uma resposta sobre quantos projetos atendem idosos, comunidades indígenas, atende quilombolas, portadores de necessidades especiais, atende idosos, crianças e adolescentes? Nós não temos aqui, onde a gente faça um filtro. Pelo nome é possível achar, mas pelo tipo de projeto, não é possível. Nem no novo SalicWeb. Não há filtro no projeto onde eu possa colocar: quero saber sobre projetos para portadores de necessidades especiais e como foi essa acessibilidade.

Ainda sobre o sistema (SALICWEB), Josiel e Charles dizem que se a escrever no campo acessibilidade, “Não se aplica” o sistema vai aceitar. Exemplifica que a mesma coisa no campo: impacto ambiental. Quando passa o projeto na admissibilidade o técnico da prestação de conta só vai em cima do que está ali declarado. Porém, Se um projeto que não tenha ou modifique a medida de acessibilidade durante a execução, cabe ao ministério oficial ao proponente perguntando sobre essa ação. Se o proponente diz em sua resposta que a medida realizada, não foi a declarada ou foi modificada durante a execução, o parecer jurídico é enfático: Reprova! Charles finaliza dizendo que “Não está preparada a administração pública, nem está preparado o proponente sobre medidas de acessibilidade”.

No estado do Rio Grande do Sul, a pesquisa Teatro para quem?! debruçou-se sobre seis grupos de teatro do município de Porto Alegre, que através de entrevistas disponibilizadas em questionário com dez perguntas objetivas e abertas foram instigados a dialogar sobre a pauta da acessibilidade cultural no meio teatral. Para uma base analítica e de avaliação com os referidos Grupos, o estudo foi direcionado, primeiramente, de discutir duas Leis de Incentivo à Cultura: uma federal – Lei Rouanet, uma estadual – LIC e um Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural do Município de Porto Alegre – FUMPROARTE, transitando assim, pelas três esferas governamentais.

Os grupos participantes da pesquisa foram: Grupo Las Brujas Cia de Teatro e Feitiços, Teatro Sarcaustico, Rococó Produções Artísticas e Culturais, Grupo Trilho de Teatro Popular, Associação Cultural Depósito de Teatro e Grupo Signatores⁵.

Com base no questionário aplicado, do acompanhamento e entrevistas aos Grupos surgem os diferentes questionamentos quanto ao entendimento e conhecimento

⁵ Destaca-se que os grupos investigados autorizaram a sua identificação no presente trabalho. As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro e março de 2016.

sobre questões referentes à acessibilidade e suas legislações, assim como, aplicabilidade dos recursos acessíveis. A maioria dos Grupos entrevistados mostra já ter tido contato com tema sobre acessibilidade cultural e em uma quase equivalência já trabalhou com pessoas com deficiência ou teve acesso a recursos acessíveis, mas apenas 02 (dois) dos grupos trabalha efetivamente com Acessibilidade (o *Grupo Las Brujas Cia de Teatro e Feitiços* e o *Grupo Signatores* que trabalha com atores surdos). Em sua maioria já participaram de algum edital de Lei de Incentivo à cultura, sendo a Lei Rouanet o dispositivo cultural menos acessado devido a sua maior complexidade e dificuldade para aprovação, segundo os entrevistados.

A partir das entrevistas foi possível observar, entre os Grupos, o desconhecimento de Políticas Públicas e Legislação sobre o tema da acessibilidade cultural. Todos os pontuaram a falta de um conhecimento maior e percepção em relação ao assunto pautado e não se consideram “acessíveis” de forma plena e eficaz. Evidenciou-se o interesse de todos em pensar, discutir e aprender mais sobre acessibilidade.

5. CONCLUSÕES

Com base nos resultados obtidos com as pesquisas e discussões, pode-se avaliar que políticas públicas que garantam os direitos culturais das pessoas com deficiência devem transitar por todas as esferas governamentais e não ficarem restritas no âmbito burocrático que muitas vezes as consolidam. O diálogo entre poder público, Instituições e gestores culturais é de cunho fundamental para a articulação de propostas e medidas inclusivas que de fato consolidem-se no cenário cultural.

Incluir é mais do que reconhecer que há diferenças, é entender que estas não devem ser elementos determinantes para inferiorizar o ser. É perceber que não basta enxergar a problemática, ajudar, proporcionar recursos, enquanto se mantém separado em seu mundo perfeito e “normal”. É de fato e por direito enxergar a pessoa com deficiência como pertencente e atuante na sociedade a qual está inserida, podendo usufruir de todos os seus direitos e deveres como todos os cidadãos. Não há construção

de relações sociais e humanas se não houver o reconhecimento do outro como parte integrante.

A relevância desse estudo, a importância de realizar o registro e análise dessa experiência e sua discussão teórica contribuem, senão para mudanças efetivas, para que outras iniciativas surjam incentivando a organização de novas tratativas na busca de diminuir as lacunas existentes entre as pessoas com deficiência e a sociedade. Para que possamos refletir, nos transformar, conhecer a história e diferentes realidades sociais e, assim, sermos nós também “transformadores da realidade”.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. C. **Língua Brasileira de Sinais: Uma conquista histórica. Senado Federal - Brasília.** 2006, p.9.

AMARANTE, Paulo e Lima, Ricardo (Coord.) **Nada sobre Nós sem Nós. Relatório final.** / Oficina Nacional / Coordenado por Paulo Amarante e Ricardo Lima. [Rio de Janeiro]: s.n., 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro.** 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização S.A., 1983.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Manual do Proponente – Incentivo fiscal a projetos culturais.** – Brasília: Coordenação de Admissibilidade de Propostas, 2015.

BRASIL, Decreto 5.761 de 27 de Abril de 2006. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

BRASIL, Decreto 6.949 de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, art. 25.

BRASIL, Instrução Normativa nº 1 de 24 de Junho de 2013. Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento e prestação de contas de propostas culturais, relativos ao mecanismo de incentivos fiscais do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac. **Diário Oficial [da República**



Federativa do Brasil], Brasília, DF.

BRASIL, Lei Federal 8.313 de 23 de Dezembro de 1991. Institui Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 23 de Dezembro de 1991.

BRASIL, Lei Federal 13.146 de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 06 de Julho de 2015.

BRASIL, Decreto Federal nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004. Que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 02 de Dezembro de 2004.

BRASIL, Projeto de Lei Federal 6193/2013. Institui o Dia Nacional do Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos. Autoria: Dep. Jean Wyllys. **[Congresso Nacional do Brasil]**, Brasília, DF.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Acessibilidade e o desenho universal**. Disponível em: <http://acessibilidadecultural.com.br/artigos/artigo.php?id=197&/acessibilidade-e-o-desenho-universal>. Acesso em 19 de Dezembro de 2015.

DORNELES P. S, (2011). **Identidades Inventivas: Territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul**. UFRGS.

DORNELES, P. S. (2014). **Jovens, Território e Territorialidade: Experiências estéticas e de engajamento nas ações culturais dos Pontos de Cultura na Região Sul**. Políticas Culturais em Revista , v. 2, p. 136, 2014.

ESCOLA DE GENTE. Site Oficial. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.escoladegente.org.br/>> Acesso em 22 de Janeiro de 2016.

NASCIMENTO, J. P. (2016). **A Acessibilidade nos Espetáculos de Teatro Musical Incentivados pela Lei Rouanet**. UFRJ.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão - Parte 1 e Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, jul/ago 2007, p 8-16; n. 58, set/out 2007, p 8-16. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>.

SILVEIRA. I. C. (2016). **Teatro para quem?! A arte de teatrar para todos: um estudo sobre acessibilidade cultural em espetáculos teatrais no Rio Grande do Sul** UFRJ.

WERNECK, Claudia. **Quem cabe no seu todos?** Rio de Janeiro: Editora WVA, 2006.